

Políticas Públicas para o fortalecimento da agricultura em comunidades indígenas do Amazonas

Sonia Sena Alfaia

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa

1. Programa de agricultura Indígena

Os registros dos primeiros viajantes na Amazônia relatam que o manejo que as populações pré-colombianas faziam em seus ecossistemas sustentavam uma grande quantidade de pessoas. O fato de altas densidades populacionais terem sido mantidas por milênios enquanto os ecossistemas ao redor eram preservados contrasta profundamente com as atuais tentativas de manejo da terra na Amazônia. Do ponto de vista do uso da terra, a rica e diversificada agricultura, assim como, o modo de vida tradicional dos povos indígenas foi, ao longo dos tempos, dando lugar às práticas apreendidas no contato com a civilização ocidental e, com isso, modificando os hábitos alimentares, a economia das comunidades e aumentando a relação com o mercado externo, bem como a dependência das políticas públicas de assistência. A utilização de frutos e remédios da floresta (como raízes e ervas), o manejo dos recursos naturais florestais e pesqueiros, foram sendo progressivamente substituídos pelo consumo de produtos industrializados.

A política de demarcação das terras indígenas, a partir da década 1960, não se traduziu numa política de alternativa econômica para os povos indígenas, instaurando uma dependência cada vez maior em relação ao Estado. Com o advento dos benefícios sociais, como aposentadoria, auxílio-maternidade, entre outros, e subempregos urbanos, agrava-se a situação de dependência e de abandono das práticas tradicionais. Por outro lado, nas últimas 3 décadas, num cenário de fortalecimento das organizações sociais, entre elas as indígenas, de debate de políticas ambientais e de sustentabilidade, ganha força por parte dos povos indígenas o desejo de resgatar e valorizar suas práticas tradicionais, voltando a adotá-las no dia a dia das comunidades.

Atualmente o Amazonas é o estado que abriga a maior população indígena do Brasil. De acordo com o censo de 2010 o estado tem uma população de aproximadamente 170 mil indígenas. O principal meio de sobrevivência dessas populações, é a agricultura e o extrativismo, que são suas principais atividades produtivas, sendo que a segurança alimentar e a geração de renda constituem-se nas principais demandas das comunidades indígenas do Amazonas. Nesse sentido, buscando atender os anseios das populações indígenas do Estado do Amazonas, e levando em conta a melhoria de suas condições de vida e trabalho a Secretaria de Estado da Produção Rural/SEPROR do Amazonas estruturou o Programa de Agricultura Indígena. Esse programa trata especificamente da construção de uma

nova política agrícola indigenista para o setor rural do Estado, tendo como principal objetivo a implementação uma política de apoio a produção rural desenvolvida por populações indígenas do estado do Amazonas, que tenha como referência o etnodesenvolvimento, a promoção da segurança alimentar, apoio a atividades produtivas sustentáveis, que valorizem os recursos naturais, os sistemas de organização social, as práticas, os saberes e as tecnologias locais.

2. Técnicos Agrícolas Indígenas

O Programa começou com a contratação de técnicos agrícolas indígenas, originários das escolas de ensino médio em agropecuária do Amazonas, para prestarem assistência técnica e extensão rural (*ATER*) diferenciada às populações indígenas. Um diagnóstico realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas – IDAM, no ano de 2008, mostrou que a agricultura indígena apresenta necessidades específicas, e que atualmente não é contemplada pela assistência técnica convencional.

Schröder (2011) analisando diversas experiências destaca que os trabalhos com os saberes locais indígenas, parece ser uma das chaves mais importantes para o sucesso dos projetos de *ATER* indígenas. Dessa forma, o método de *ATER* proposto pelo programa visa o desenvolvimento de uma agricultura que seja social, cultural, econômica e ambientalmente sustentável, que valoriza as práticas culturais e técnicas de cultivos tradicionais indígenas, estimulando a troca de saberes. Este modelo valoriza os conhecimentos tradicionais dos agricultores indígenas, acumulados através de muitas gerações ao mesmo tempo em que absorve o conhecimento científico atual como forma de criação de um modelo específico para cada povo e lugar. Dessa forma, as práticas culturais tradicionais das diferentes etnias serão resgatadas, respeitadas e valorizadas de acordo com a sua própria realidade, produzindo uma agricultura com padrões culturais, ecológicos, sociais e econômicos, e com sustentabilidade em longo prazo.

Atualmente o programa conta com a atuação de 16 técnicos agrícolas indígenas que prestam assistência técnica as comunidades indígenas nos municípios situados nas calhas dos rios Negro (São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro), Madeira (Borba, Nova Olinda do Norte e Autazes) Solimões (Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença), e Baixo Amazonas (Barreirinha, Parintins, Nhamundá e Maués). Para participarem do programa, os técnicos são selecionados com o apoio das lideranças indígenas e devem ser da mesma etnia das comunidades com as quais vão atuar. São incentivados a conviver de forma muito próxima com os comunitários para perceber melhor os seus problemas sua organização social e seus costumes.

As ações desenvolvidas nas comunidades indígenas desses municípios procuram fomentar a sustentabilidade social e ambiental, com o uso de técnicas agroecológicas de produção conjugada com o conhecimento tradicional, que preveem o uso harmônico da floresta com a produção de alimentos. Nesse sentido, os técnicos indígenas passaram por um processo de capacitação em sistemas agroecológico tais como: Agricultura Orgânica, Criação de Galinha caipira, Práticas de Compostagem e Biofertilizantes, Plantas Medicinais, Aquicultura em Terra Indígena, Crédito Rural, Associativismo, Manejo Agroecológico dos Solos, Práticas e

Manejo de Sistemas Agroflorestais e Meliponicultura. Os mesmos são sempre incentivados a participarem de reuniões e cursos de formação de forma continuada, onde são capacitados em diversas técnicas de manejo agroecológico.

3. Principais atividades desenvolvidas pelos Técnicos Indígenas

O trabalho de assistência técnica dos extensionistas indígenas está relacionado com a realização de diversas atividades na área de agricultura em geral, que vai desde o preparo da roça para o plantio de diversas culturas e apoio a outras atividades tais como: piscicultura, meliponicultura, manejo de quelônios, construção de viveiros de mudas, implantação de sistemas agroflorestais com espécies nativas, reflorestamento da área degradada com as mudas nativas, melhoria da qualidade farinha de mandioca, extração de óleo de copaíba e andiroba, acompanhamento do escoamento e comercialização da produção nas feiras dos centros urbanos, elaboração de projetos de fomentos juntos às agencias financiadoras (BB, BASA e AFEAM), entre outros.

Nos últimos três anos, o número de famílias indígenas atendidas vem aumentando, passando de 1.208 em 2011 para 1.539 em 2012. Em 2013 o número de atendimentos duplicou, sendo que mais de 4.212 agricultores indígenas foram atendidos pelo programa devido a ampliação de suas atividades com a contratação de mais técnicos indígenas para atuar nos municípios de Parintins, Nhamundá, São Paulo de Olivença e Jutai. Atualmente o programa conta com 16 técnicos atuando em 12 municípios, que tem como base de trabalhos as Unidades Locais do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM (Governo do Estado do Amazonas, 2013).

4. Parcerias Institucionais para apoio ao programa

Visando aumentar a efetivação das ações do programa, no sentido de fomentar o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nas comunidades indígenas, buscou-se articular mais parcerias com Instituições financiadoras. Para tanto, diversos projetos foram elaborados visando a captação de recurso. O Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, apoiou financeiramente a compra do que se chamou de “kit indígena”, um conjunto de equipamentos para que o técnico pudesse se deslocar mais facilmente até as comunidades, tais como botes de alumínio com motor de popa, motos, aparelho de GPS, além de equipamentos de informática, notebook, máquinas fotográficas, roupas de campo.

Por meio do projeto Waraná (guaraná em saterê-mawe) conseguiu-se recurso financeiro da Petrobrás para apoio a atividades de implantação de viveiros florestais, seleção áreas de coleta de sementes e implantação de sistemas agroflorestais, junto a produtores indígena da TI Andirá/Marau. E mais recentemente, com recursos do Fundo Amazônia/BNDES, conseguiu-se apoio financeiro, não somente para apoio a produção, mas também para o escoamento e comercialização da produção. Com os projetos da Petrobrás e do BNDES será possível também ampliar o programa com a contratação de mais 7 técnicos indígenas. Espera-se que com o desenvolvimento desses projetos possa contribuir com o fortalecimento do programa de agricultura indígena nos próximos anos.

Os técnicos indígenas também são grandes promotores da busca por novos

apoios e parcerias e dessa forma também têm ajudado a estruturar os projetos de acordo com a realidade local em que atuam. A técnica indígena que atua em Benjamin Constant, Justina Cândido, da etnia Tikuna, é um dos exemplos dessa busca de parceria. A mesma recebeu um prêmio, no valor de R\$ 20 mil, das mãos da presidente Dilma Rousseff por conta da relevância social e econômica do projeto que coordena de produção de farinha de mandioca e artesanato com sementes naturais, como o açaí.

5. Avaliação e Principais Desafios

No intuito de avaliar o Programa de Agricultura Indígena, redefinir as diretrizes, estratégias, ações e consolidar as parcerias que deverão nortear o programa nos próximos anos, a SEPROR realizou em maio de 2012 o *I Seminário de Agricultura Indígena*. O evento reuniu os técnicos indígenas e lideranças, órgãos governamentais e não governamentais que desempenham atividades na área de agricultura e extrativismo, e instituições que desenvolvem ações diretas com as populações indígenas. O principal desafio destacado pelos participantes do evento é como o programa pode vir a se tornar de fato uma política pública do Estado? O mesmo deve ser institucionalizado no âmbito estadual. Outro desafio mencionado foi e de como conciliar as diretrizes e estrutura do programa com a lei que rege a política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural? São ainda muito poucas as experiências com *ATER* indígena no estado. Nesse sentido é necessário que ocorra maior integração e diálogo entre os órgãos que atuam junto as populações indígenas, visando a troca de experiência e para que se construa de forma coletiva a concepção e o conceito de *ATER* Indígena no estado. Por outro lado, espera-se que com o desenvolvimento do programa, o mesmo possa também servir de aprendizado tanto para os técnicos agrícolas indígenas quanto para os gestores envolvidos nos projetos.

6. Referências Bibliográficas

Schröder, P. 2011. Resenhas. Revista *Antropológicas*, 22(2): 173-184.

Governo do Estado do Amazonas. 2013. Mensagem Governamental – Balanço 2011, 2012, 2013. Caderno Economia, Manaus, p. 73-108.